



**ATA 1773ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail info@crpsp.org.br  
website www.crpsp.org.br

1 Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às nove horas e  
2 quarenta minutos, realizou-se a milésima septingentésima septuagésima terceira  
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª  
4 Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 12 (doze)  
5 conselheiras(os), sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os):  
6 Aristeu Bertelli da Silva, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Joari  
7 Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Maria Ermínia Ciliberti, Marília  
8 Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Camila de Freitas Teodoro, Lívia Gonsalves  
9 Toledo, Regiane Aparecida Piva e Sandra Elena Sposito. Também estiveram  
10 presentes os gestores: Edgar Rodrigues (Subsede de Assis), Rita de Cássia Oliveira  
11 Assunção (Subsede Campinas) e Luciana Stoppa dos Santos (Subsede de Ribeirão  
12 Preto), conforme lista de presença anexa que é parte integrante desta ata. **ORDEM**  
13 **DO DIA: I) COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** – A conselheira vice-presidenta,  
14 Maria Ermínia Ciliberti, relembra ao plenário que a conselheira tesoureira, Adriana  
15 Eiko Matsumoto, não estará presente a essa plenária por motivos de saúde. Também  
16 que a conselheira presidenta, Elisa Zaneratto Rosa e o conselheiro secretário, Luís  
17 Fernando de Oliveira Saraiva, representarão o Conselho Regional de Psicologia de  
18 São Paulo na reunião nacional de presidentes e de tesoureiros, que será realizada  
19 nesta mesma data, em Brasília e, portanto, também não poderão estar presentes.  
20 Desse modo, faz-se necessária a recomposição da mesa diretoria desta plenária.  
21 **Encaminhamento:** o plenário referenda que a mesa seja presidida pela vice-  
22 presidente, Maria Ermínia Ciliberti, sendo secretariada pelos conselheiros Joari  
23 Aparecido Soares de Carvalho e Gabriela Gramkow. **II) INFORMES - 2.1)**  
24 **Justificativas de ausências** - Foram consideradas as justificativas de ausências  
25 das(os) demais conselheiras(os): Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Porto Noronha,  
26 Elisa Zaneratto Rosa, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia,  
27 Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões Gonçalves,  
28 Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Jonathas José  
29 Salathiel da Silva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo,  
30 Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Sergio Augusto Garcia Júnior e Silvio Yasui.  
31 Conselheira Ana Maria Falcão de Aragão – está afastada conforme registrado na ata  
32 da milésima septingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de onze  
33 de abril de dois mil e quatorze. **III) APAF - ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA**  
34 **ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (31 de Maio e 1º de junho de 2014, Brasília -**  
35 **DF)** – Dando continuidade à discussão relativa aos pontos da APAF, iniciada na 1772ª  
36 Plenária Ordinária, de vinte e três de maio de dois mil e quatorze, a conselheira vice-  
37 presidenta, Maria Ermínia Ciliberti, solicitou ao plenário a apresentação das



38 considerações relativas aos demais pontos. **3.1) Revista Psicologia: Ciência e**  
39 **Profissão – homologação da Composição da Comissão Editorial** – Considerando  
40 a ausência justificada da conselheira Elisa Zaneratto Rosa, ela será posteriormente  
41 consultada a respeito deste ponto, e o subsídio trazido por ela será repassado a toda  
42 a delegação. **3.2) Demandas do Judiciário e Ministério Público aos psicólogos**  
43 **que atuam nas políticas de saúde e assistência social** - A respeito da atuação de  
44 psicólogos da política de assistência social e saúde a partir de determinações do  
45 Poder Judiciário e Ministério Público, Joari Aparecido Soares de Carvalho conta que o  
46 CRESS – Conselho Regional de Serviço Social já tem se manifestado sobre esta  
47 questão, inclusive já tendo movido ação judicial. Explicou-se que toda política de  
48 assistência social não deve ser voltada apenas para a utilização de determinado órgão  
49 para realizar perícia, tampouco para realizar as tarefas do poder judiciário. Quando o  
50 Ministério Público não consegue um relatório favorável ao seu posicionamento, no  
51 âmbito da Saúde, ele recorre à Assistência Social. Comenta-se que há pais de alunos  
52 que estão sendo pressionados a apresentarem relatórios nas escolas e, por isso,  
53 fazem a solicitação desse documento nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. O  
54 Poder Judiciário também ordena, para processos criminais, que a saúde forneça os  
55 endereços dos usuários. Há juristas que defendem que os prontuários podem ser  
56 divulgados, outros entendem que se trata de violação ao sigilo profissional. Mesmo  
57 assim, os juízes determinam que seja divulgada cópia do prontuário. Houve sugestão  
58 de estabelecer um canal de discussão com o judiciário sobre o que a Psicologia pode  
59 construir nesses espaços e clarificar o que é da competência de cada área. Moacyr  
60 Miniussi Bertolino Neto solicita que seja pautado nas plenárias ordinárias de junho o  
61 debate sobre o tipo do relatório que deve ser fornecido para o judiciário pela categoria.  
62 **Encaminhamento:** O plenário referendou as propostas de ação apresentadas pelo  
63 CRP-11 (CE), a saber: a) Propor expedição de nota técnica de esclarecimento aos  
64 juízes e promotores de justiça, esclarecendo os problemas advindos das solicitações  
65 encaminhadas, a ser disponibilizada aos psicólogos e encaminhado às Corregedorias  
66 de Justiça dos Tribunais e Procuradorias Gerais de Justiça (Ministério Público); b)  
67 Identificar e analisar as demandas encaminhadas ao Judiciário pelo Sistema  
68 CFESS/CRESS e c) Realizar gestão junto aos Conselhos Nacional de Justiça e do  
69 Ministério Público enfatizando a necessidade de instituição de quadro de pessoal  
70 próprio para atendimento das demandas do Judiciário e Ministério Público. A  
71 delegação também deverá propor a criação do cargo de psicólogo no Ministério  
72 Público. **3.3) Regulamentação da capacidade produtiva do profissional de**  
73 **Psicologia e Apresentação do Centro de Referência do Trabalho em Psicologia:**  
74 Os dois pontos foram discutidos juntos. Sandra Elena Sposito explicou que o ponto  
75 Regulamentação da Capacidade Produtiva do Profissional de Psicologia tem a ver



76 com a necessidade do Conselho Federal de Psicologia em normatizar algo que vem  
77 sendo questionado sobre o tempo de atendimento psicológico e nas políticas públicas  
78 em geral. Esse assunto resvala na discussão de quantos psicólogas(os) são  
79 necessárias(os) para uma determinada demanda. A justificativa do ponto elaborada  
80 pelo CRP-16 (ES) foi baseada na Portaria do Ministério da Saúde n.º 1.101/GM de  
81 2002, que prevê a realização de três consultas psicológicas por hora. Essa Portaria  
82 apresenta diversos cálculos, mas para que seja possível entender melhor esses  
83 cálculos, seria necessário o auxílio de um estatístico. Há uma série de  
84 questionamentos do ponto de vista ético sobre o quanto essa portaria dificulta um bom  
85 atendimento e um serviço de qualidade. Sandra Elena Sposito comenta que não sabe  
86 se o CRP-ES está articulado com o Conselho Federal de Psicologia (CFP). A  
87 discussão desse ponto deve considerar a conjuntura do Brasil e a condição  
88 profissional. Sabe-se que as condições de trabalho para o psicólogo precisam ser  
89 melhoradas. Para isso, é preciso uma série de estratégias qualificadoras para o  
90 trabalho. É isso que deve ser construído como referência. A delegação de São Paulo  
91 deverá contextualizar essas questões no âmbito do trabalho no Brasil, do psicólogo  
92 dentro da políticas públicas, sem resgatar o aspecto corporativista e, assim, verificar  
93 quais as possibilidades de articulação. Na APAF, a posição deve ser de profundo  
94 questionamento visando saber o que está norteando as ações que irão surgir.  
95 Lembrou-se do pedido de posicionamento do CFP ao CRP SP referente a um  
96 concurso público, cujo salário era de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), com jornada  
97 de 30 horas semanais. No texto desse ofício o CFP expunha que o salário era muito  
98 baixo e incompatível com o investimento na formação do psicólogo. Quando o CRP  
99 recebeu essa demanda, que está em discussão pelos membros do Núcleo Mundo do  
100 Trabalho, o prazo do concurso já havia expirado. Para o Núcleo, o CRP não deve  
101 pensar nas condições de trabalho através desse tipo de análise, apontadas pelo CFP,  
102 porque não existe uma referência, pelas quais seja possível classificar um salário  
103 como baixo. Por essa razão, o núcleo fez um levantamento de todos os concursos nos  
104 últimos 3 (três) anos no estado de São Paulo. Extraíu-se uma média salarial por área,  
105 mas essa pesquisa não pode ser utilizada como referência porque,  
106 metodologicamente, ela é limitada e faltam dados. Sandra Elena Sposito entende que  
107 deve ser questionado o que pode ser classificado como um bom salário para a  
108 profissão e quais os parâmetros para que se faça essa classificação. Propõe que se a  
109 lógica do Centro de Referência for o de avaliar os parâmetros para determinar a base  
110 salarial, é importante tentar compor essa discussão. Caso a proposta seja instituir um  
111 projeto de lei, essa proposta não deverá ser defendida. Considerações do plenário:  
112 Maria Ermínia Ciliberti comenta que há um equívoco do CRP ES sobre o entendimento  
113 da portaria do Ministério da Saúde. Explica que foi revogada a portaria que dava



114 parâmetro para hospital. Há anos, temos reclamado da falta de parâmetros para a  
115 quantidade de psicólogos na região. É possível fazer um estudo, mas é extremamente  
116 oneroso. Como o Conselho Federal de Medicina já realizou um estudo dessa  
117 natureza, a referência atual é dos médicos. São estudos que devem ser revalidados  
118 pela inclusão dos psicólogos e pela melhor condição de trabalho para ele. Nossa  
119 proposta na APAF seria incorporar no Sistema Conselhos o que São Paulo fez com  
120 relação ao acompanhamento dos concursos públicos. A referência salarial em São  
121 Paulo destoa do restante do Brasil considerando a realidade de cada Regional.  
122 Moacyr manifesta que mesmo que a proposta do estudo não seja aprovada na APAF,  
123 sugere que o CRP-SP faça o levantamento da quantidade de psicólogos necessários  
124 por habitante. Ermínia pondera que devemos construir referências e devemos ser  
125 propositivos sem voltar ao caminho corporativista. Não temos referências do público e  
126 do privado e concordaremos em construir isso. Complementa dizendo que é preciso  
127 retomar o ponto sobre a saúde suplementar e como incluir os procedimentos no rol da  
128 Agência Nacional de Saúde – ANS. Houve um encaminhamento político para que o  
129 FENPB – Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira ajudasse na  
130 atualização da tabela de honorários, mas não foi dada continuidade. Graça Maria de  
131 Carvalho Camara defende que a delegação defenda a atualização da tabela de  
132 honorários na APAF, tendo em vista o elevado número de reclamações da categoria.  
133 Conta que as resoluções do DETRAN-SP dizem que o valor do serviço do psicólogo  
134 vai ser pago de acordo com a tabela divulgada no site do CFP. A mesa diretora, neste  
135 momento, apontou que a justificativa do CRP-ES é no aspecto da saúde. Joari  
136 Aparecido Soares de Carvalho comenta que qualquer referência salarial torna-se uma  
137 discussão polêmica e Gabriela Gramkow sugere que esse assunto seja debatido na  
138 plenária do CRP SP e, caso esse assunto surja na APAF, a delegação deve informar a  
139 necessidade de primeiro tirar o posicionamento da plenária. **Encaminhamento:** O  
140 plenário entende a necessidade de criar referências. Deve-se ter atenção para que  
141 essa discussão não resvale no corporativismo. A delegação deverá ter uma postura  
142 crítica, chamando a atenção para as visões corporativas que possam aparecer. Se a  
143 lógica da criação do Centro de Referência for a busca de parâmetros para avaliar a  
144 questão salarial do psicólogo, a delegação deverá tentar compor essa discussão. Mas,  
145 caso a proposta seja instituir um Projeto de Lei, o CRP SP deve posicionar-se  
146 contrariamente. Constará na pauta das plenárias de julho ponto a respeito da tabela  
147 honorários do psicólogo, que deverá ser preparado pelo Núcleo Mundo do Trabalho.  
148 **3.4) Democratização da Comunicação:** José Agnaldo Gomes se apropriou da  
149 justificativa do ponto apresentada pelo CRP-12 (SC) e defende que a delegação do  
150 CRP SP subscreva a proposta de ação exposta por eles no texto (página 4, itens 1 ao  
151 5). No texto também é lembrada a realização da Plenária Nacional do FNDC –



152 Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, realizada nos dias 09 e 10 de  
153 dezembro, em Guararema, São Paulo, e que contou com a participação de Sandra  
154 Sposito e Sueli Schiavo, representando o CRP SP. Sandra contou que houve uma  
155 reformulação interna de entidades no FNDC. A representante da CUT – Central Única  
156 de Trabalhadores assumiu a presidência e deu nova diretriz política para o FNDC. Foi  
157 elaborado um projeto de lei de iniciativa popular para regulamentar a mídia porque,  
158 politicamente, avaliou-se que esse projeto não seria aprovado no Congresso Nacional.  
159 Essa ação ficou como prioritária para o FNDC. O CFP não encampou essa campanha,  
160 tampouco fomentou eventos, porque o grande parceiro do CFP era a FENAJ –  
161 Federação Nacional dos Jornalistas, que não está mais a frente do FNDC. Entende-se  
162 que se o CFP ocupar a representação no FNDC, que seja de forma mais transparente  
163 e contundente com os seus objetivos. O CRP SP também tem representante no  
164 FNDC. Há uma necessidade de se reconfigurar essa parceria com o FNDC a partir da  
165 nova conjuntura e perspectivas, mas é importante ouvir o CFP nesse ponto. Sabe-se  
166 que o CFP ficou responsável pelas finanças do Fórum. Os assuntos mais comuns  
167 ficaram fora de debate no FNDC como: mulher na mídia, a questão do consumidor,  
168 publicidade infantil, dentre outros. **Encaminhamento:** A democratização da  
169 comunicação é fundamental para o projeto da gestão atual do CRP SP. A delegação  
170 deverá conversar com a delegação do CRP-12 (SC) antes da APAF. A defesa é que o  
171 Sistema Conselhos debata o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação,  
172 mas que também contemple outras articulações. **3.5) Psicologia e Esporte** - Camila  
173 de Freitas Teodoro conta que somente Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco fazem  
174 debate sobre a Psicologia do Esporte. Esse ponto foi solicitado pelo CRP RJ, com as  
175 propostas de criação de um GT Nacional para colocar em pauta questões  
176 relacionadas à temática; fortalecer, por meio de encontros e seminários, a discussão  
177 de políticas sociais com vistas a realizações de ações e elaboração de pareceres e  
178 notas técnicas; e, fomentar a discussão do tema em regionais onde o mesmo ainda  
179 não é debatido. Ela sugere que o CRP SP defenda a proposta trazida pelo do CRP RJ  
180 e comenta que a tabela de honorários não tem referência à psicologia do esporte.  
181 Relata que durante a formação há muitos docentes sem embasamento para orientar  
182 os alunos sobre o tema psicologia no esporte. Destaca a importância de rever a  
183 Resolução CFP nº 07/2003 porque ela traz questões específicas da área do esporte.  
184 Nesse sentido, sugere a criação de um Grupo de Trabalho nacional para dar conta  
185 das ações necessárias. Ermínia propõe que se defenda a criação do GT para propor  
186 estratégias, que pode ser a realização de seminários, de ano temático, de encontro,  
187 sobre o tema, e que essas estratégias serviriam para todos os CRs.  
188 **Encaminhamento:** A delegação do CRP SP deve defender a criação de GT nacional  
189 para elaborar uma ação considerando que ainda é necessário maior aprofundamento



190 na temática e submetê-la à aprovação na APAF de dezembro. O CRP SP deve se  
191 candidatar a compor o referido Grupo de Trabalho. **3.6) Política de Direitos**  
192 **Humanos do Sistema Conselhos (inspeção nacional e campanha nacional)**  
193 Aristeu Bertelli da Silva relembra que no ano de 2004 houve a inspeção em unidades  
194 psiquiátricas; em 2006 em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, em  
195 2007 em instituições de longa permanência de idoso e, em 2011 em Comunidades  
196 Terapêuticas. Todas foram anexadas na Inspeção Nacional que gerou relatório de  
197 Inspeção Nacional de Direitos Humanos. Propõe que a próxima Campanha seja  
198 concentrada no Sistema Prisional. Relata a situação do Sistema Carcerário no Brasil:  
199 a quarta maior população encarcerada está no Brasil e, grande parte dela, em São  
200 Paulo; acabamos sendo foco de política de encarceramento em massa; temos uma  
201 grande quantidade de pessoas presas em situação de provisoriedade; apesar de ter  
202 sido criado um sistema de defensoria pública, muitos têm dificuldade de acesso a esse  
203 sistema. Quanto à questão da mulher encarcerada, em geral estão nessa condição  
204 por situações ligadas ao tráfico de drogas; têm baixo índice de visitação; e, as  
205 instituições penitenciárias não são pensadas para elas. Como exemplo da violação de  
206 direitos humanos cita que as mulheres recebem, em média, menos de um absorvente  
207 por mês, no estado de São Paulo. O Núcleo Especializado de Situação Carcerária da  
208 Defensoria Pública realizou uma Audiência Pública, em 22 de novembro de 2012,  
209 sobre o tema: “O fornecimento de produtos básicos de assistência material nos  
210 estabelecimentos prisionais no Estado de São Paulo”. Não há garantia das condições  
211 mínimas para a população encarcerada. O Sistema Prisional envolve a pouquíssima  
212 clareza de mortes nas cadeias. Não há uma investigação do por que isso acontece.  
213 Há necessidade de também discutir sobre a terceirização e a interface com saúde  
214 mental dentro dos hospitais psiquiátricos. Defender essa pauta implicará em discutir  
215 diversos itens e segmentos transversais dentro da política de DH e dará continuidade  
216 ao trabalho que o Sistema Conselhos vem desenvolvendo. Com relação à justiça  
217 restaurativa, Aristeu comenta que os instrumentos não são claros. É preciso estudar  
218 mais e aprimorar. Considerações do plenário: Marília Capponi lembra o levantamento  
219 sobre as 500 (quinhentas) pessoas presas com diagnóstico de deficiência mental e  
220 que aguardam vaga em manicômio judiciário. Outros já cumpriram suas penas e ainda  
221 estão presos. Há também a preocupação com encarceramento de mulheres grávidas  
222 cujos filhos, logo após o nascimento, são encaminhados para adoção. Sugere propor  
223 ação com a Defensoria e estabelecer parceria com Mães do Cárcere, União de  
224 Mulheres, Instituto Terra e Cidadania e reforçar a parceria com a Defensoria Pública,  
225 Ministério Público e Conselhos Estaduais, como o Conselho Estadual de Defesa dos  
226 Direitos da Pessoa Humana - Condepe. Esse assunto será tratado no plenário deste  
227 Regional. Regiane Aparecida Piva sugere que antes da realização desse debate pelo



228 plenário, seja agendada reunião com a Comissão de Direitos Humanos e os Núcleos  
229 de Justiça e de Saúde. **Encaminhamento:** A delegação do CRP SP defenderá a  
230 próxima inspeção nacional no sistema prisional utilizando como argumento para  
231 debate nacional o Sistema de Mecanismo de Combate à Tortura. São necessários  
232 novos mecanismos de combate à tortura. Igualmente, é importante garantir a  
233 instituição desse sistema nacionalmente. Lembrar que em 2011 o Brasil foi visitado  
234 pelo Subcomitê para a Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas -  
235 ONU. Pode-se retomar o trabalho do CNJ que iniciou em São Paulo. **3.7)**  
236 **Participação dos CRPs no Projeto de Comunicação do CFP:** Agnaldo comenta que  
237 não foi encaminhado material de subsídio, mas juntamente com o webmaster Adolfo  
238 Barros Benevenuto, fez alguns apontamentos, cogitando sobre qual poderia ser a  
239 discussão, a saber: a) deixar o site com uma interface mais “amigável”, pois há  
240 dificuldade em realizar pesquisas e localizar documentos e legislações; b) incluir, no  
241 *site* do CFP, uma Agenda Nacional de eventos, com a divulgação dos eventos dos  
242 regionais. A ideia é que as pessoas possam conhecer, via Federal, o que está  
243 acontecendo em território nacional. Possibilitar, por exemplo, que pessoas de regiões  
244 distintas possam acompanhar eventos quando exibidos *on-line*; c) Tornar as Redes  
245 Sociais do CFP mais integradas aos regionais, podendo realizar divulgação de  
246 eventos cuja bandeira de luta é de interesse da categoria e do Sistema Conselhos  
247 (exemplos: Luta Antimanicomial, Medicalização, Prêmio Arthur Bispo do Rosário, etc.)  
248 através de mídias como *Facebook*, *You Tube* e *Twitter*. Seriam formas de  
249 potencializar e integrar o Sistema Conselhos no que diz respeito às informações e  
250 comunicação; d) o espaço destinado atualmente nas mídias do Federal para o  
251 CREPOP é baixo, portanto, é importante que seja melhor divulgado, abrindo espaço  
252 para os CREPOPs regionais. Considerações do plenário: Regiane Aparecida Piva  
253 sugere que a rede social não seja integrada porque não haverá controle do conteúdo e  
254 das posições. A internet é um meio de disseminação de dados muito rápido. Maria  
255 Ermínia Ciliberti entende que o propósito desse ponto será outro. Lembrou que a  
256 maioria dos CRPs não tem jornal próprio. Joari Aparecido Soares de Carvalho  
257 pondera que deve ser discutido o propósito do projeto do CFP e não o meio, pois o  
258 projeto será para a Comunicação do Federal e, portanto, entende que o Federal estará  
259 contando sobre o projeto e abrindo a possibilidade de que os regionais participem.  
260 **Encaminhamento:** De acordo com o exposto na folha de rosto do ponto, o  
261 entendimento do plenário é que o projeto já existe. Os CRPs serão apenas convidados  
262 a contribuir/participar. Faltam elementos, mas a delegação de SP aceitará um novo  
263 projeto de comunicação desde que este seja feito e construído coletivamente. Deve  
264 ser realizada articulação com outros Regionais em paralelo. **3.8) Apresentação da**  
265 **Proposta Gestão por Projetos:** Para este ponto também não foi encaminhado



266 material de subsidio. Há uma Resolução de Apoios e Parcerias que este regional  
267 adotou e está se debruçando para desenvolver critérios e mecanismos de apoio. O  
268 CRP SP se coloca à disposição para mostrar o quanto já desenvolveu sobre este  
269 assunto. É importante e necessário administrar os recursos da autarquia. Maria  
270 Ermínia Ciliberti defende que devemos levar o mote da Resolução de Apoios e  
271 Parcerias que este regional aprovou e não o texto em si. Comenta que a política de  
272 apoio aos movimentos sociais é bastante criticada. Havia uma ideia no Conselho  
273 Federal de Psicologia de licitar projetos a partir de uma verba previamente aprovada.  
274 Falta a transparência de critérios. **Encaminhamento:** Se o propósito desse ponto for o  
275 de melhorar a transparência do Conselho, a delegação do CRP SP fará a defesa e  
276 sugerirá que o ponto seja repautado na APAF de dezembro para se apropriar melhor e  
277 debater com o plenário do regional. **3.9) Alienação de imóvel do CRP 02:**  
278 Questionou-se o cumprimento do Artigo 18 da Lei nº 5766/71, que determina que para  
279 aquisição ou alienação de bens que ultrapassem 5 (cinco) salários mínimos, será  
280 exigido a aprovação de, ao menos, dois terços dos membros presentes à Assembleia  
281 dos Delegados Regionais, porque não ficou claro se a aprovação para a alienação  
282 cabe à APAF ou à categoria de Pernambuco durante a Assembleia Orçamentária.  
283 **3.10) Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas –**  
284 **CREPOP:** Maria Ermínia Ciliberti defende a continuidade da discussão do CREPOP e  
285 que esse ponto seja pautado na APAF. O Crepop teve um salto histórico nos últimos  
286 anos e trouxe o reconhecimento da Psicologia nas políticas públicas. Esse caminho é  
287 fundamental. Os CRPs já fizeram seu planejamento estratégico e já se programaram  
288 para fazer a consulta pública sobre a questão reprodutiva e indígena.  
289 **Encaminhamento:** A delegação do CRP SP defenderá a manutenção da realização  
290 de duas consultas públicas este ano, conforme previu em Planejamento Estratégico.  
291 Deverá cobrar a realização do encontro dos técnicos do CREPOP, previsto para 2013,  
292 mas que não ocorreu por falta de recursos. **3.11) Política de Álcool e Drogas:** Marília  
293 Capponi conta que o Conselho Nacional de Política sobre Drogas – CONAD está  
294 preparando minuta de Resolução para regulamentar as Comunidades Terapêuticas e  
295 que o CFP faz parte deste Conselho. A regulamentação não partirá do Ministério da  
296 Saúde. É necessário que sejam mantidos alguns princípios nesse debate: o  
297 investimento público em Comunidades Terapêuticas contraria a garantia de estado  
298 laico. Sobre a internação compulsória, já há consenso que a internação não é solução  
299 para o problema do uso de drogas. Joari Aparecido Soares de Carvalho suscita que  
300 em São Paulo tem o código sanitário que deve ser respeitado. Conta-se que o Núcleo  
301 de Álcool e Drogas fez texto “Psicologia e legalização das drogas” que fala sobre o  
302 quanto a criminalização do uso de drogas coloca o cidadão em risco e maltrata ainda  
303 mais essa população, além de expor o adolescente. Maria Ermínia Ciliberti frisa a





304 importância da discussão sobre álcool e drogas para o país, neste momento. Não  
305 temos argumentos para propor que o CFP não participe da regulamentação das  
306 Comunidades Terapêuticas. Nosso posicionamento era o de cobrar a manutenção dos  
307 Grupos de Trabalho nacionais. Moacyr Miniussi Soares de Carvalho informou que foi  
308 na reunião sobre a regulamentação das CTs como representante da Frente Nacional  
309 de Drogas e Direitos Humanos. Contou que o Ministério da Justiça financiou a ida dos  
310 representantes das CTs para essa reunião. Durante a reunião, aqueles que estavam  
311 se posicionando contra o financiamento de CTs com verba pública foram hostilizados,  
312 inclusive a psicóloga Fernanda Lou Sans Magano, que não conseguia falar. Não  
313 temos abertura para esse tema no Ministério da Justiça. A regulamentação do  
314 Ministério da Justiça vai facilitar a entrada das CTs. Isso será um caminho para o  
315 Projeto de Lei PL 7663/2010, do Deputado Osmar Terra. Esse PL já prevê que doação  
316 para CTs poderá ser deduzido do imposto de renda. O Sistema Conselhos deve  
317 posicionar-se contrário ao financiamento público das Comunidades Terapêuticas, pois  
318 devem ser seguidas as diretrizes do CNP. Maria Ermínia Ciliberti relembra que para  
319 atender ao encaminhamento da APAF de dezembro de 2011 de “Reformular critérios  
320 para inscrição e certificação de PJs que trabalham com a temática do álcool e outras  
321 drogas”, o CRP-04 (MG) apresentou uma minuta de resolução na reunião presencial  
322 do GT Nacional Álcool e Drogas, ocorrida em 20/04/2012. Se surgir essa situação, o  
323 posicionamento é de que o GT Álcool e Drogas deve ser retomado. O CFP estava  
324 incumbido de criar uma campanha através desse GT. Foi feito um vídeo e a ideia era  
325 de que fosse amplamente publicizado na mídia, mas isso não caminhou. Portanto,  
326 entende que se deve ser dada continuidade a campanha. **Encaminhamento:** A  
327 delegação destacará a importância da discussão de álcool e drogas neste momento,  
328 considerando o cenário nacional. Defenderá que os Conselhos como o Conad e  
329 Coned sejam inseridos para democratizar o uso do recurso financeiro, tendo em vista  
330 o volume envolvido. A delegação poderá levar a pasta com os materiais sobre autoria  
331 elaborados pelo Áquilas Mendes, que fez um estudo aprofundado do caminho do  
332 dinheiro destinado a ações de prevenção e combate ao crack nos diversos programas  
333 existentes em nível nacional e estadual. O debate é sempre sob o aspecto do uso da  
334 droga e do tratamento do usuário, relacionando com as comunidades terapêuticas.  
335 Marília Capponi sugere adotar a estratégia de ampliar o olhar do trabalho do psicólogo  
336 em Comunidades Terapêuticas e nas escolas no sentido de prevenir o uso da droga.  
337 Nunca houve conversa com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad)  
338 do Ministério da Justiça a respeito da prevenção nas escolas. A prevenção deve ser  
339 prerrogativa do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. O CFP precisa  
340 ficar atento aos avanços. São Paulo foi modelo para registro das CTs. A defesa será  
341 pelo viés da promoção da cidadania, saúde, esporte e lazer e não na prevenção de



342 uso de drogas para não entrar em conflito. Após longo debate, o plenário acordou que  
343 o argumento tem que ser contrário às internações nas comunidades terapêuticas e  
344 favorável à Resolução proposta pelo CRP MG. **IV) COMISSÃO DE ÉTICA – 4.1) GT**  
345 **Revisão da Resolução CFP 07/03 (Documentos Escritos)** – Regiane Aparecida  
346 Piva noticia o plenário sobre a pendência de revisão da Resolução CFP 07/03, pois a  
347 mesma não contempla todos os documentos escritos produzidos pelos psicólogos.  
348 Assim, propõe-se a criação de um Grupo de Trabalho composto por membros da  
349 Comissão de Ética e da Comissão de Orientação e Fiscalização, que terá como tarefa  
350 fazer uma pesquisa dos motivos de queixas e lacunas em orientação/fiscalização e  
351 processos éticos. **Encaminhamento:** O plenário referenda a criação O GT com a  
352 seguinte composição: Regiane Aparecida Piva, Alacir Villa Valle Cruces, Ana Paula  
353 Porto Noronha, Maria Cristina de Barros Maciel Pellini, Rita de Cássia Oliveira  
354 Assunção, e as assistentes técnicas Caroline Cardoso, Luciana Mantovani e Gislene  
355 Rede. Este GT será coordenado pela conselheira Ana Paula Porto Noronha. Sugere-  
356 se a COE que seja pautada nas plenárias de junho a avaliação da COE sobre a  
357 inclusão de membros da Comissão de Instrução e membros da COE. **V)**  
358 **CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO 2º SEMESTRE DE 2014** – A mesa diretora fez  
359 proposta de calendário ao plenário, considerando os jogos da Copa do Mundo que  
360 interferirá no expediente do CRP, a partir de publicações da Prefeitura, Governo e  
361 União. Joari Aparecido Soares de Carvalho lembrou que há possível impacto de  
362 aumento de custo de hospedagem envolvido quando é agendada atividade ordinária  
363 em períodos de maior procura de hotel na região. Sugere-se que a reserva de  
364 hospedagem deve ser confirmada com até 15 (quinze) dias de antecedência. O  
365 plenário faz considerações sobre as datas propostas calendário. **Encaminhamento:** O  
366 plenário delibera que as datas das reuniões, tendo em vista as considerações  
367 realizadas. Solicitou-se ao Departamento de Secretaria que adicione os eventos  
368 nacionais ao calendário. Não se definiu data para a realização do Planejamento  
369 Estratégico para o ano de 2015 e esse assunto deverá ser pautado em reunião de  
370 diretoria para a definição dessa data. O calendário é aprovado conforme segue: a)  
371 Reuniões Plenárias: Julho: Plenárias Éticas (17 e 24/07), Plenária de Julgamento Ético  
372 (25/07) e Plenárias Ordinárias (18 e 19/07), Encontro Sede e Subsedes (25/07) e  
373 Fórum de Gestores (26/07); Agosto: Plenária Ética Pedagógica (08/08) e Plenárias  
374 Éticas (09/08 e 21/08), Plenária de Julgamento Ético (22/08) e Plenárias Ordinárias  
375 (22 e 23/08). Setembro: Plenárias Éticas (05, 06 e 25/09), Plenárias Ordinárias (19 e  
376 20/09), Plenária de Julgamento Ético (26/09), Encontro de Sede e Subsedes (26/09) e  
377 Fórum de Gestores (27/09); Outubro: Plenárias Éticas (16 e 25/10), Plenárias de  
378 Julgamento Ético (17 e 24/10), Plenárias Ordinárias (17 e 18/10); Novembro: Plenárias  
379 Éticas (01 e 06/11), Plenárias de Julgamento Ético (07 e 28/11), Plenárias Ordinárias



380 (07 e 08/11), Encontro de Sede e Subsedes (28/11) e Fórum de Gestores (29/11);  
381 Dezembro: Plenária Ética (04 e 13/12), Plenária de Julgamento Ético (05/12) e  
382 Plenárias Ordinárias (05 e 06/12). **VI) COMISSÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR -**  
383 **COMSAT**- O Departamento de Recursos Humanos enviou comunicado sobre eleição  
384 dos representantes dos trabalhadores na Comissão de Saúde do Trabalhador –  
385 COMSAT. Na composição dessa comissão também está prevista a indicação de 3  
386 membros (2 titulares e 1 suplente) para representar a gestão do CRP SP neste grupo.  
387 Aguarda-se indicação do plenário para compor a Comissão. **Encaminhamento:** O  
388 plenário indicou a psicóloga Andréia de Conto Garbin, que deverá ser consultada  
389 sobre sua disponibilidade para compor a Comissão. **VII) ENCONTRO PAULISTA DA**  
390 **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL –**  
391 **ABRAPEE** - Sandra Sposito conta que o CRP, por meio da Subsele de Bauru, tem  
392 participado da Comissão Organizadora do II Encontro Paulista da Associação  
393 Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – Abrapee. Esta ação está prevista no  
394 Planejamento Estratégico. É uma atividade que articula com as diretrizes políticas  
395 desta gestão. A proposta é, além de formalizar a parceria, verificar quais as formas de  
396 inserção do CRP no evento, se montará estande, divulgará material do Crepop, etc.. O  
397 CRP SP já terá uma mesa com Adriana Marcondes e Carla Biancha Angelucci, com  
398 Regiane Aparecida Piva na coordenação. A sugestão é de inscrever outras mesas  
399 para o evento, pensando em temas transversais. **Encaminhamento:** O Núcleo  
400 Educação deverá avaliar a forma de participação do CRP (estande, mesas, etc.). Fica  
401 aprovada a distribuição de material do CREPOP durante o evento. É necessário  
402 avaliar qual material será distribuído, pois, caso não tenha em estoque no CRP, deve-  
403 se solicitar reimpressão. O regulamento e a programação do evento será remetido  
404 para todos os Núcleos a fim de que verifiquem se querem inserir atividades e/ou  
405 inscrever mesas. Essas novas atividades serão remetidas à Comissão Organizadora  
406 para aprovação, pois a programação já está definida. Maria Ermínia Ciliberti sugeriu  
407 enviar a exposição do Pinheirinho fotografada pela Comissão da Verdade da ALESP.  
408 Essa sugestão será apresentada à Comissão Organizadora. Será solicitada à  
409 Comissão Organizadora a isenção da taxa de inscrição dos representantes do CRP  
410 SP no evento. **VIII) AVALIAÇÃO DOS NÚCLEOS** – Maria Ermínia Ciliberti comenta  
411 que o propósito desse ponto era verificar com os Núcleos como eles estão  
412 funcionando. Cita que há também demandas que chegaram e que não estavam  
413 planejadas. Será trabalhoso fazer o levantamento, mas isso evitará fazer discussões  
414 paralelas semelhantes. Para melhor discussão deste ponto, sugere-se pautar na  
415 próxima plenária, a fim de que os núcleos possam trazer subsídios para a discussão.  
416 **Encaminhamento:** Será encaminhado e-mail para os coordenadores dos Núcleos,  
417 solicitando devolutiva sobre a atuação do núcleo, se já estão sendo realizadas



418 reuniões e se já se afinaram ao Planejamento Estratégico. Até a próxima plenária, os  
419 núcleos devem discutir e apresentar como desejam trabalhar dentro de cada um  
420 desses coletivos. **IX) APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA 1730ª, DE 27/09/2013 -**  
421 Como o envio da minuta da Ata foi realizado com pouca antecedência em relação à  
422 Plenária Ordinária, o plenário solicita maior prazo para se apropriar e fazer  
423 considerações da minuta. **Encaminhamento:** A aprovação da ata será pauta das  
424 próximas plenárias ordinárias, que ocorrerão nos dias 05 e 06 de junho. **X)**  
425 **RECOMPOSIÇÃO DO SUBNÚCLEO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES -** Joari  
426 Aparecido Soares de Carvalho propõe coordenar o Subnúcleo de Emergências e  
427 Desastres e indica Ana Cecília Andrade de Moraes Weintraub (CRP 06/78123) e  
428 Cecília Araújo Melo (CRP 06/95586) para co-coordenarem esse Subnúcleo. Suscitou-  
429 se que será o próprio Núcleo da Assistência Social que debaterá se o Núcleo de  
430 Emergências e Desastres irá se desmembrar do Núcleo de Assistência Social. Joari  
431 Aparecido Soares de Carvalho contou que já está agendada uma reunião ampliada  
432 para o dia dois de junho. **Encaminhamento:** Como já será pauta das próximas  
433 plenárias a organização dos Núcleos, deliberou-se que sejam apresentadas as  
434 propostas, caso algum núcleo as tenha, nessa ocasião. As subsedes e o plenário que  
435 também tiverem sugestão de nomes para comporem esse Subnúcleo deverão remetê-  
436 los para o coordenador do Subnúcleo. **XI) APRECIÇÃO DE CREDENCIAMENTO**  
437 **DE SITES:** O plenário concedeu parecer **favorável** à obtenção de selo para o *site* com  
438 os seguintes protocolos: 706006070 (CRP 06/65947), 437 (CRP 06/55523),  
439 706615730 (CRP 06/37109), 106515040 (CRP 06/108030), 406014730 (CRP  
440 06/100407), 706507830 (CRP 06/5158), 506200131 (CRP 06/9199), 506015746 (CRP  
441 06/60712), 406815966 (CRP 06/101448), 306515500 (CRP 06/109184), concedeu  
442 parecer **desfavorável** à obtenção de selo para o *site* com os seguintes protocolos:  
443 406202993 (CRP 06/69499), 106309230 (CRP 06/67797), 306015880 (CRP  
444 06/76227), 606714344 (CRP 06/76296), 106112936 (CRP 06/62420) e 606510048  
445 (CRP 06/30702), 106214932 (CRP 06/45877), 806410782 (CRP 06/111125),  
446 106110806 (CRP 06/36024), 206610455 (CRP 06/86596), e considerou que **não se**  
447 **aplica** o pedido de credenciamento de site para o protocolo: 206615835 (CRP  
448 06/51854), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. Nada mais havendo  
449 a tratar, a senhora conselheira vice-presidenta deu por encerrada a sessão, da qual a  
450 secretaria da mesa diretoria - conselheira Gabriela Gramkow e conselheiro Joari  
451 Aparecido Soares de Carvalho - lavrou a presente Ata, que lida e aprovada será  
452 assinada. São Paulo, vinte e quatro de maio de dois mil e catorze.

---

Aristeu Bertelli da Silva

---

Camila de Freitas Teodoro

---



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail [info@crpsp.org.br](mailto:info@crpsp.org.br)  
website [www.crpsp.org.br](http://www.crpsp.org.br)

---

Gabriela Gramkow

---

Graça Maria de Carvalho Camara

---

Joari Aparecido Soares de Carvalho

---

José Agnaldo Gomes

---

Lívia Gonsalves Todelo

---

Maria Ermínia Ciliberti

---

Marília Capponi

---

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

---

Regiane Aparecida Piva

---

Sandra Elena Sposito